

Denúncias de violência contra mulher crescem 13% na região

Denúncias de violência contra mulher crescem 13% na região

Em 2022, foram realizados 1.121 registros nos canais de atendimento; maior conscientização das vítimas contribuiu para o aumento de queixas, diz advogada

THAINÁ LANA
thainalana@dgaabc.com.br

As denúncias de violência contra mulher cresceram 13,5% em 2022 nas cidades do Grande ABC. Segundo levantamento do Diário, com números do Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no ano passado foram registrados 1.121 ocorrências contra 987 em 2021.

Do total de registros realizados em 2022 nos canais de denúncia (Disque 100 e 180), quase metade das agressões ocorreu diariamente. No total foram 497 (44,3%) de violências diárias sofridas pelas vítimas, enquanto 178 ocorreram ocasionalmente e 154 informaram que a violência foi praticada uma única vez.

O levantamento identificou ainda a relação da vítima com o principal suspeito de cometer a agressão (segundo informações fornecidas pelo denunciante). O atual marido, companheiro ou namorado da mulher representa 27%, ou 307, do total de agressões registradas no ano passado. Na sequência aparecem o ex-companheiro, ex-marido ou ex-namorado como os principais agressores de 182 queixas.

Maior acesso à informação por parte das vítimas e aumento da divulgação de casos de violência podem ser alguns dos motivos para a alta de denúncias na região, conforme destaca a advogada e presiden-



AGRESSÃO. Especialista alerta para os diferentes tipos de violência: física, verbal, psicológica e sexual

CIDADES	2021	2022
Santo André	234	308
São Bernardo	341	324
São Caetano	31	35
Diadema	179	218
Mauá	158	175
Ribeirão Pires	26	42
Rio Grande da Serra	18	19
TOTAL	987	1.121

Fonte: Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Eder Martins/Cotriozzi de Arte

ta da Comissão de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica da OAB (Ordem dos Advogados) Santo André, Tamara Cristina de Souza.

"Muitas mulheres sequer entendem que estão vivendo um ciclo de agressão. Todo mun-

do conhece a Lei Maria da Penha, porém nem todos param para olhar o que a norma abrange, por exemplo. O papel das instituições, seja privada, governamental ou social, é essencial para maior divulgação dos casos de violência e

também para conscientização do tema. A difusão do assunto pode ajudar a influenciar as mulheres a quebrarem seus ciclos de violência", explica a advogada.

Das 1.121 denúncias realizadas na região, 712 (63,5%) fo-

ram formalizadas pela própria vítima. Segundo levantamento, 409 queixas foram registradas por terceiros.

Para a psicoterapeuta, Myriam Durante, o rompimento do ciclo de agressão é uma das partes mais difíceis para as vítimas. "Geralmente os agressores criam um pânico tão terrível nas mulheres que elas passam a se sentirem culpadas. Muitas vezes demora para cair a ficha de que na verdade são vítimas", pontua.

O entendimento dos diferentes tipos de violência contra mulher, física, psicológica ou sexual, também é outro fator que pode ter influenciado no aumento das denúncias, acrescenta a presidenta da comissão da OAB Santo André.

"O agressor não tem cara de agressor. A violência contra mulher não é apenas física e quanto mais o assunto é difundido na mídia, nos filmes e nas novelas, por exemplo, mais mulheres serão conscientizadas."

TRAUMAS

A violência pode acarretar diversos traumas na mulher, como baixa autoestima e sentimento de culpa, conforme explica a psicoterapeuta.

"A mulher que sofre abusos tem a autoestima abalada, passa a não se sentir merecedora e entra em um processo de enfraquecimento do seu poder pessoal. Com isso, perde a confiança em si mesma e passa a ficar ainda mais vulnerável, sem forças para mudar a rela-

ção. Em casos extremos, a pessoa desenvolve síndrome do pânico e até depressão, chegando inclusive a cogitar a possibilidade de tirar a própria vida", diz.

Acolhimento social e atendimento psicológico são essenciais para auxiliar a vítima em situação de violência, após a denúncia. "Um suporte terapêutico que cuide dos seus traumas e devolva sua autoconfiança é mais do que necessário, é um gesto de humanidade", finaliza Durante.

AÇÕES REGIONAIS

Nas cidades do Grande ABC, além das ações de combate à violência contra mulher, como DDM (Delegacia da Mulher), aplicativo Ana e Patrulha Maria da Penha, os municípios também oferecem serviços de acolhimento e de conscientização.

A região conta com dez casas de acolhida, entre centros de referência da mulher, Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Caipjimes (Coordenadoria de Apoio a Instituições Públicas).

Desse total, dois espaços são regionais mantidos pelas sete prefeituras para receber mulheres sob risco iminente de morte.

Denúncias de violência contra mulher podem ser feitas nos telefones Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher); Disque 100 (Direitos Humanos) e 190 (Polícia Militar). A ligação é gratuita e os serviços funcionam 24 horas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3